

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Administradores e aos Conselheiros da
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Paranaguá – PR**

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada como “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Depósitos Judiciais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 09, em 31 de dezembro de 2022 a Entidade possui o saldo de R\$ 69.550 mil, a título de Depósitos Judiciais, registrado no Ativo Não Circulante, referente a discussões judiciais nas quais a Entidade é parte. Não nos foi apresentada a documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluirmos sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Teste de *Impairment* – Imobilizado e Intangível

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Entidade apresenta ativo Imobilizado e Intangível no montante de R\$ 598.661 mil, em 31 de dezembro de 2022 utilizado no curso normal de suas operações. No entanto, a Entidade não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade - *Impairment*, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, como também não avaliou a vida útil econômica estimada desses bens e nem revisou as taxas de depreciação e amortização, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esses procedimentos tivessem sido aplicados.

Passivos Contingentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possuía o saldo de R\$ 176.654, a título de Provisões Judiciais, registrado no Passivo Não Circulante. Esse saldo é referente a discussões judiciais em que a Entidade está envolvida. A documentação apropriada e suficiente para corroborar a manutenção desses valores nas demonstrações contábeis não foi apresentada. Consequentemente, não foi possível, por meio da aplicação de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo apresentado e os eventuais impactos nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2022.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

Valores correspondentes do período anterior

As demonstrações contábeis da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, que emitimos o relatório em 17 de março de 2022, contendo ressalva sobre Depósitos Judiciais, Teste de *Impairment* – Imobilizado e Intangível e Passivos Contingentes similares aos parágrafos de ressalva acima, e sobre Obrigações Fiscais e Previdenciárias que foi regularizada no decorrer do exercício de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 24 de março de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:902384
35091

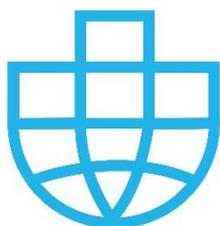
Assinado de forma digital
por ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2023.03.28
18:59:11 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PORTOS DO PARANÁ - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina

31 de dezembro de 2022



**PORTOS
DO PARANÁ**
LOGÍSTICA INTELIGENTE



PARANÁ
**GOVERNO
DO ESTADO**

PORTOS DO PARANÁ – Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022

CONTEÚDO

Balço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado do Exercício.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)	7
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	8 a 35

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	NE	2022	2021	Δ%
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	04	210.416	220.363	-5%
Contas a receber	05	20.019	7.852	155%
Impostos a recuperar	06	41.734	37.232	12%
Estoques	07	15.888	13.544	17%
Despesas de exercícios seguintes		602	430	40%
Adiantamentos a empregados	08	1.194	942	27%
TOTAL DO CIRCULANTE		289.853	280.363	3%
NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Depósitos Judiciais Cíveis e Trabalhistas	09	155.138	143.462	8%
Depósitos Judiciais Tributos	09	378.225	315.967	20%
Outros Créditos	10	3.478	2.420	44%
		536.841	461.849	16%
IMOBILIZADO	11	595.933	597.489	0%
INTANGÍVEL	11	2.728	2.164	26%
		598.661	599.653	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.135.502	1.061.502	7%
TOTAL DO ATIVO		1.425.355	1.341.865	6%

PASSIVO	NE	2022	2021	Δ%
CIRCULANTE				
Fornecedores		19.611	33.831	-42%
Obrigações Trabalhistas	12	14.885	13.853	7%
Obrigações Fiscais	13	9.274	10.408	-11%
Adiantamentos de clientes	14	10.561	11.346	-7%
TOTAL DO CIRCULANTE		54.331	69.438	-22%
NÃO CIRCULANTE				
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Impostos, taxas e contribuições	13	354.405	298.737	19%
Provisões contingenciais	15	176.654	443.643	-60%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		531.059	742.380	-28%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	16	1.086.444	1.086.444	0%
Prejuízos acumulados	16	(246.479)	(556.397)	-56%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		839.965	530.047	58%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.425.355	1.341.865	6%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

PORTOS DO PARANÁ - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº79.621.439/0001-91
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO TRIMESTRE LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	NE	2022	2021	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17	484.558	453.118	7%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário		184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem		10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre		75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem		4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos		33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados		3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento		170.982	136.379	25%
Receitas Complementares		1.223	985	24%
DEDUÇÕES DA RECEITA		(50.549)	(43.831)	15%
(-) Contribuições sobre Faturamento	17	(44.443)	(41.747)	6%
(-) Faturas Canceladas		(6.106)	(2.084)	193%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	434.009	409.286	6%
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(218.729)	(168.523)	30%
Custos Infraestrutura Marítima		(71.815)	(37.770)	90%
Custos Infraestrutura de Acostagem		(7.206)	(12.538)	-43%
Custos Infraestrutura Terrestre		(8.209)	(4.404)	86%
Custos Alocados à Diversos Padronizados		(3.606)	(6.260)	-42%
Custos Indiretos		(127.893)	(107.551)	19%
LUCRO BRUTO		215.280	240.763	-11%
DESPESAS	19	79.133	(222.496)	-136%
Despesas administrativas				
Despesas com Pessoal		(52.435)	(48.426)	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades		(43.989)	(48.624)	-10%
Despesas Gerais		(23.598)	(24.679)	-4%
Depreciação do imobilizado		(36.783)	(35.669)	3%
Amortização do intangível		(209)	(1.719)	-88%
		(157.014)	(159.117)	-1%
Outras receitas (despesas) operacionais	19			
Despesas PCLD		(29.229)	(28.542)	2%
Outras despesas operacionais		(5.858)	(35.097)	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes		271.234	260	104221%
		236.147	(63.379)	-473%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULT. FINANCEIRO		294.413	18.267	1512%
RESULTADO FINANCEIRO	20	35.917	14.101	155%
Receitas financeiras		35.959	14.759	144%
(-) Despesas financeiras		(42)	(658)	-94%
RESULTADO ANTES DO IR E CS		330.330	32.367	921%
Tributos Correntes		(17.131)	(6.891)	149%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16	313.199	25.476	1129%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE
PARANAGUÁ E ANTONINA**

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Resultado do exercício	313.199	25.476
Outros resultados abrangentes	(3.281)	(476)
Total do Resultado Abrangente	309.918	25.000

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CNPJ nº 79.621.439/0001-91

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Ajuste de avalição patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos 31.12.2020	1.086.444	(914)	(581.397)	504.133
Resultado Líquido do Período	-	-	25.476	25.476
Ajuste de avaliação patrimonial	-	914	-	914
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(476)	(476)
Saldos 31.12.2021	1.086.444	-	(556.397)	530.047
Resultado Líquido do Período	-	-	313.199	313.199
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(3.281)	(3.281)
Saldos 31.12.2022	1.086.444	-	(246.479)	839.965

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CNPJ nº 79.621.439/0001-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Método Indireto)

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Fluxos de caixas das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	313.199	25.476
Ajustes para reconciliar o lucro	(233.278)	34.072
Depreciações/amortizações	36.992	37.388
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	(266.989)	(2.840)
Ajuste de exercícios anteriores	(3.281)	(476)
Aumento (redução) dos ativos	(94.429)	(39.339)
Contas a receber de clientes	(12.167)	(321)
Estoques	(2.344)	(1.472)
Tributos a recuperar	(4.502)	1.062
Despesas antecipadas e outros valores a receber	(172)	275
Depósitos judiciais	(11.676)	6.906
Demais créditos	(63.568)	(45.789)
Aumento (redução) dos passivos	40.561	61.981
Fornecedores	(14.220)	24.442
Obrigações sociais e trabalhistas	1.032	75.564
Impostos e contribuições a recolher	54.534	(39.210)
Adiantamentos de clientes e outras obrigações a pagar	(785)	1.185
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	26.053	82.190
Fluxos de caixas das atividades de investimentos		
Aquisição do Imobilizado e intangível	(36.067)	(82.035)
Baixa do imobilizado e intangível	67	-
Caixa líquido tomado nas atividades de investimentos	(36.000)	(82.035)
Fluxos de caixas das atividades de financiamentos		
Caixa líquido gerado (tomado) nas atividades de financiamentos	-	(658)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(9.947)	(503)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	220.363	220.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	210.416	220.363

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

PORTOS DO PARANÁ – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Porto de Paranaguá iniciou sua operação em 1832 como um atracadouro gerido por particulares. Em 1917, o Governo do Paraná passou a administrar o Porto que recebeu o nome de Dom Pedro II em homenagem ao Imperador. No entanto, sua inauguração só ocorreu de fato no ano de 1935, em 17 de março, com a atracação do navio “Almirante Saldanha” da Marinha do Brasil.

Em 11 de julho de 1947, foi criada a Autarquia Estadual que levou o nome de Administração do Porto de Paranaguá, cuja denominação foi modificada posteriormente, no ano de 1971, pela Lei nº 6.249 efetivando a fusão com a Administração do Porto de Antonina criando a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), ficando a APPA responsável pela administração do Porto Dom Pedro II (Paranaguá) e do Porto Barão de Teffé (Antonina).

Algumas fases podem ser reconhecidas durante a evolução e história do Porto de Paranaguá. Tem-se a fase de estabelecimento às margens do Rio Itiberê, que ocorreu no século XVI; a fase de expansão, referente à mudança do porto para as margens da baía no início do século XX, tornando assim viável o acesso de embarcações maiores; e, por fim, a fase de especialização, na década de 1950, com granéis sólidos, iniciando com o café, e posteriormente com soja e farelo, originando o Complexo Corredor de Exportação, nos anos 1970.

Nos anos 1950 e 1960, com o auge do café, a cidade de Paranaguá teve uma expansão urbana entre os Rios Itiberê e Emboguaçu e Ilha dos Valadares. A construção da BR-277, em 1967, também se apresentou como um fator impactante no desenvolvimento do Porto de Paranaguá, sendo responsável pela ligação do litoral paranaense com o extremo oeste, resultando na ampliação da ligação entre novas áreas produtoras de cereais no Brasil, diversificando o volume de negócios no Porto.

Em 11 de dezembro de 2001 o governo do Paraná firmou um Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e com a regulação e fiscalização pela ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) com prazo de vigência de 25 anos prorrogáveis por mais 25 anos.

Em 13 de agosto de 2019, o Estado do Paraná é o primeiro Estado do Brasil a receber autonomia para administrar contratos de exploração de áreas dos portos organizados. Com a medida, a gestão dos arrendamentos de instalações portuárias, que antes eram definidos pela Secretaria Nacional de Portos, passam a ser controlados pela empresa pública Portos do Paraná.

Na data de 05 de maio de 2020, foi assinado antecipadamente a prorrogação do Convênio de Delegação nº.37/2001, atualizando a vigência para até 1º de janeiro de 2052 e suas cláusulas conforme a legislação do setor, como por exemplo a Lei nº.13.303/2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais), Lei nº.12.815/2013 (Marco Regulatório dos Portos) e demais normas que passaram a vigorar após dezembro de 2001.

2 – BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações trimestrais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 12.973/14 e Lei nº 13.303/16, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB.

Não há mudanças nas operações da Companhia, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Companhia ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), a moeda funcional do ambiente econômico onde a Companhia atua. Os valores apresentados nas Demonstrações e nas Notas Explicativas também são apresentados em milhares de reais exceto quando apresentados em outro formato indicado.

2.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado.

As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir:

- a) Valor justo de instrumentos financeiros; e
- b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

2.5. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações em 30 de janeiro de 2022.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

b. Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias.

c. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado e podem ser utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Depósitos Judiciais

Representam depósitos realizados pela Companhia relativos a processos judiciais ou administrativos em curso.

- Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Até o final do quarto trimestre de 2022, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

- Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor líquido de realização.

d. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço.

- Fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

- Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro.

e. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

Não foram emitidos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis durante o exercício de 2022.

04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
	R\$/1.000	R\$/1.000
Bancos conta movimento	20.764	15.584
Bancos conta vinculada (i)	1.392	1.086
Aplicações financeiras (ii)	273.848	294.890
Aplicações financeiras (iii)	(85.588)	(91.197)
Total	210.416	220.363

- (i) Saldo de contas bancárias conjuntas com clientes e prestadores de serviços depositados a título de garantia de contratos. A relação dos contratos garantidos está relacionada na tabela a seguir, e os valores estão em milhares de reais:

Contrato	Cliente/Prestador	Saldo em 31/12/2022	Banco	Agência	C/C
009/2010	Cattalini Terminais Marítimos	14	001	0259-3	70.700-7
027/2010	Centrosul Serviços Marítimos Ltda.	339	001	0259-3	69.795-8
011/2010	CPA Terminal Paranaguá S.A.	102	001	0259-3	70.673-6
029/2010	Harbor Operações Portuárias	16	001	0259-3	70.672-8
014/1999	Cattalini Terminais Marítimos	31	001	0259-3	70.817-8
003/1995	Terminais Portuários Ponto do Felix	89	001	0259-3	71.254-X
093/2021	TEAPAR	213	001	0259-3	70.874-7
31/2019	MTRD Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	24.632-8
053/2014	Openport Sistemas Ltda	225	001	0259-3	68.576-3
053/2022	Gaesan Eng. Consultoria Técnica Ltda	191	001	259-3	67.901-X
018/2007	Bestra Equipamentos Industriais Ltda	5	001	0259-3	44.469-3
065/2012	Central de Serviços Gardin Ltda	3	001	0259-3	69.730-3
020/2012	E-Sales Soluções de Integração Ltda	1	001	0259-3	68.620-4
075-2012	Inforshop Suprimentos Ltda	1	001	0259-3	69.818-0
004/2016	Portal Serviços de Pavimentação Ltda	20	001	0259-3	62.640-6
006/2007	Sigmafone Telecomunicações Ltda	1	001	0259-3	44.473-1
009/2008	Técnica Joss de Elevadores	1	001	0259-3	58.752-4
096/2021	TRC Telecom Ltda.	125	001	0259-3	90.877-0
091/2021	Valdiney Felipe Queiroz	11	001	0259-3	90.876-2
N/I	Volvo - BR - Repres. Pinho Comissária	3	001	0259-3	71.253-1
TOTAL		1.392			

(ii) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 99,50%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 100% ao CDI. Os fundos são administrados em parte pelo Banco do Brasil e em parte pela Caixa Econômica Federal.

(iii) Refere-se a um bloqueio judicial nas cotas da aplicação junto ao Banco do Brasil – Fundo Exclusivo, como garantia de caixa na discussão de ações trabalhistas e cíveis em andamento. A composição do bloqueio está no item (iii) da NE nº 09.

05 – CONTAS A RECEBER

A Portos do Paraná, na condição de Autoridade Portuária é responsável pela cobrança das tarifas portuárias aprovadas pela ANTAQ para os Portos do Paraná. As tarifas para movimentação de carga, descarga e baldeação são conhecidas por INFRAMAR (Receitas da Infraestrutura do acesso Aquaviário), para movimentação das cargas entre o berço e o armazém ou limite da área do porto são INFRAPORT (Receitas da Infraestrutura Terrestre) e pela utilização da infraestrutura de acostagem são as tarifas conhecidas como INFRACAIS (Receitas da Infraestrutura de Acostagem). O valor a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.019 (R\$7.852 em 31 de dezembro de 2021). A composição destes títulos por idade de vencimento é apresentada no quadro a seguir:

	2022	2021
A vencer	15.660	2.451
Vencidos até 30 dias	57	1.597
Vencidos de 30 a 180 dias	348	207
Vencidos a mais de 180 dias (i)	3.954	3.597
Total	20.019	7.852
Parcela do circulante	20.019	7.852
Parcela do não circulante	-	-
Total	20.019	7.852

	2022	2021
Depósito judicial – processo 1749/07 (ii)	300.376	271.147
Provisão para perda (Ofício 170/17-TCE)	(300.376)	(271.147)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (iii)	21.709	21.709
Provisão para perda	(21.709)	(21.709)
Total	-	-

(i) O saldo de títulos vencidos a mais de 180 dias é composto da seguinte forma:

Cliente	Valor original
Terminais Port. Ponta do Félix	3.187
Forte Solo Serviços Integrados	28
Informatizar	20
Outras	719
Total	3.954

- (ii) O montante classificado nesta rubrica refere-se ao processo judicial nº 1749/2007(hoje tramitando na 1ª Vara Federal de Paranaguá sob o nº 5000750-31.2016.404.7008), no qual o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná, questiona em nome de alguns de seus associados a legalidade de reajuste tarifário aprovado pela Resolução 715/2007-ANTAQ e autorizado pelo Conselho de Autoridade Portuária – CAP. E o juízo proferiu uma decisão liminar determinando que a diferença entre a tarifa originária e o reajuste fosse depositado em juízo até a resolução da lide. Para facilitar o controle a PORTOS DO PARANÁ emite faturas distintas referente a este acréscimo da tarifa aos clientes, os quais após efetuarem o depósito em juízo apresentam a administração portuária os comprovantes de recolhimento. Com a transformação da PORTOS DO PARANÁ em empresa pública, em setembro de 2014, estes valores foram reclassificados no ativo não circulante – créditos de longo prazo. Em 2017, o Tribunal de Contas do Estado – TCE, em um processo de auditoria expediu o ofício nº 170/2017 que pontua a incerteza do recebimento dos valores depositados em juízo e que eles não geram aumento dos benefícios econômicos. Sendo assim, para cumprir a orientação do TCE e evitar o superdimensionamento do ativo da Companhia foi registrado como PCLD o montante idêntico desta rubrica. A contrapartida do lançamento foi realizada no Patrimônio Líquido para o montante de exercícios anteriores e em conta de resultado como reversão de receita para as faturas emitidas a partir de 2017. A PORTOS DO PARANÁ optou por manter na base tributável para fins de apuração de impostos e contribuições o valor depositado mensalmente pelos clientes, mantendo o conservadorismo adotado como prática de gestão.
- (iii) A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi criada no exercício de 2015 após uma extensa e criteriosa análise dos títulos em aberto. O montante identificado no levantamento realizado pela Companhia constatou que estes títulos se referem a períodos anteriores a 2010. As limitações do sistema de gestão utilizado na época e a falta de documentos que informem e comprovem o andamento das cobranças realizadas impossibilitam juridicamente o direito de recebimento destes títulos. Por esta razão optou-se pela criação da provisão com contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de tributos – IRPJ e CSLL. Os lançamentos realizados após estes registros iniciais recebem a tratativa conforme determina a norma contábil vigente.

06 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	2022	2021
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	30.559	27.246
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	10.994	9.806
Programa de Integração Social - PIS	32	31
Contribuição para o Fin. da Seguridade Social – COFINS	149	149
Total	41.734	37.232

07 – ESTOQUES

O gerenciamento do estoque é realizado no sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços utilizados por todas as entidades públicas estaduais do Paraná. Todos os itens (produtos e mercadorias, exceto bens do ativo imobilizado, adquiridos pela administração portuária transitam pelo almoxarifado, ou seja, são registrados na aquisição e baixados quando da solicitação através de requerimento de utilização enviado pelos departamentos da PORTOS DO PARANÁ ao setor responsável. A contabilidade realiza os registros de baixa no sistema de gestão – Sênior mediante relatório emitido no GMS. O saldo de estoques em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 15.888 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$13.544.

08 – ADIANTAMENTOS

Os valores dos adiantamentos se referem ao cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho 2019/2021, que estabelece que o empregado quando de sua fruição de férias pode optar em receber a 1ª parcela do 13º Salário, juntamente com outras verbas específicas das suas férias. O Adiantamento de passagens se refere à aquisição de passagens aéreas para a Intermodal 2020 que teve sua realização cancelada pela pandemia de COVID-19 e esse valor está em processo de análise de devolução pela Secretaria de Administração e Previdência, gestora do sistema Central de Viagens.

	2022	2021
13º salário	-	-
Férias	1.194	933
Adiantamento de passagens	-	9
Total	1.194	942

09 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos registrados no Ativo da Companhia se referem a discussões judiciais na qual a PORTOS DO PARANÁ é parte. Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado destas ações não é possível determinar se estes valores retornarão à Companhia, em caso de ganho na ação, ou serão transferidas para o resultado como despesas dedutíveis para cálculo de IRPJ e CSL, em caso de decisão final não favorável a PORTOS DO PARANÁ. Os depósitos estão classificados conforme o quadro a seguir:

	2022	2021
Trabalhistas (i)	50.318	33.058
Tributos (ii)	378.225	315.967
Cíveis	19.232	19.207
Outros (iii)	85.588	91.197
Total	533.363	459.428

- (i) O valor refere-se a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento e que, portanto, não foram finalizadas. Também constam registrados nesta rubrica os valores depositados para as ações que ocorreram o trânsito em julgado e estão na fase de liquidação de sentença.
- (ii) Em novembro de 2014 a PORTOS DO PARANÁ ajuizou uma ação em face da União pleiteando o reconhecimento da imunidade tributária. Neste mesmo processo a Companhia solicitou o recolhimento através de depósito judicial para os valores apurados mensalmente dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil até o trânsito em julgado da ação de Imunidade Tributária. Em 26 de novembro de 2014, foi proferida decisão liminar autorizando a PORTOS DO PARANÁ a efetuar depósito judicial dos tributos federais. Em razão desta conduta prevista no Código Tributário Nacional – CTN, inciso II do art. 151, a exigibilidade dos tributos fica suspensa até a resolução da lide.
- (iii) O valor de R\$85.588 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 91.197 para 31 de dezembro de 2021 registrado em Outros refere-se ao bloqueio da aplicação financeira da PORTOS DO PARANÁ conforme mencionado na nota explicativa nº 04.

Bloqueios por natureza das ações judiciais

	2022	2021
Trabalhistas	2.784	18.108
Cíveis	82.804	73.089
Total	85.588	91.197

10 – OUTROS CRÉDITOS

	2022	2021
Convênio 54/2018 FUNESPAR	1.235	666
Convênio 021/2022 FUNPAR-UFPR	65	-
Provisão de IRRF sobre aplicações	861	437
Garantia Copel Comercialização S.A. - Contrato 042/2021	1.317	1.317
Total	3.478	2.420

O Convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá tem por objetivo a cooperação técnica, científica, cultural e financeira entre as Partícipes visando estruturar, implantar e gerenciar uma base de prontidão especializada no resgate e na despetrolização de fauna em caso de acidentes ambientais na área do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP), em atendimento aos Planos de Emergência Individual (PEI) da APPA. O objeto do convênio é contraprestação obrigatória por parte da autoridade portuária, para a manutenção de sua licença ambiental para operação das atividades portuárias na baía de Paranaguá.

11 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

ESPÉCIE DE BEM	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas Aparelhos e Equip.	Móveis e Utensílios	Equip. de Inform. e Tecnologia	Instalações	Equip. de medição	Imobilizado em andamento	Total
31 de dezembro de 2020	88	135.254	158.856	35.762	171.051	1.703	791	64.986	22	74	568.587
Aquisições	-	-	-	-	273	318	1.308	137	-	66.009	68.045
Baixas	(1.149)	-	-	-	(9)	(44)	(71)	-	-	-	(1.273)
Depreciação	(88)	-	(7.716)	(3.346)	(15.246)	(270)	(672)	(9.401)	(3)	-	(36.742)
Transferência	-	-	237	-	-	-	-	-	-	(237)	-
Baixa Deprec. Acum.	1.149	-	-	-	8	42	71	-	-	-	1.270
Ajuste Contábil	-	-	-	-	798	-	-	-	-	(3.196)	(2.398)
31 de dezembro de 2021	-	135.254	151.377	32.416	156.875	1.749	1.427	55.722	19	62.650	597.489
Aquisições	-	-	60	-	-	474	3.301	-	-	31.459	35.294
Baixas	(2.374)	-	-	(337)	(151)	-	-	-	-	-	(2.862)
Depreciação	-	-	(8.120)	(3.346)	(14.660)	(297)	(955)	(9.402)	(3)	-	(36.783)
Transferência	-	-	39.305	-	-	-	-	-	-	(39.305)	-
Baixa Deprec. Acum.	2.374	-	-	283	138	-	-	-	-	-	2.795
Ajuste Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	-	135.254	182.622	29.016	142.202	1.926	3.773	46.320	16	54.804	595.933

No exercício findo em 31 de dezembro do 2022, as principais movimentações ocorridas no patrimônio, ocorreram principalmente na conta de Obras em Andamento devido a investimentos realizados na infraestrutura marítima (Derrocagem da Palangana e Dragagem na área dos Dolphins de atracação) e na estrutura do cais (Recuperação do Píer de Inflamáveis), além de adequação da infraestrutura de segurança (ISPS-Code).

b) Intangível

ESPÉCIE DE BEM	Intangível	Intangível em andamento	TOTAL
31 de dezembro de 2020	1.726	83	1.809
Aquisições	428	1.646	2.074
Baixas	-	-	-
Amortização	(1.719)	-	(1.719)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
31 de dezembro de 2021	435	1.729	2.164
Aquisições	-	773	773
Baixas	-	-	-
Amortização	(209)	-	(209)
Transferência	-	-	-
Baixa Amort. Acum.	-	-	-
Ajuste Contábil	-	-	-
31 de dezembro de 2022	226	2.502	2.728

12 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022	2021
Ordenados a pagar	2.905	2.733
Provisão para Férias	11.588	10.823
Provisão para 13º Salário	-	-
Consignações folha	244	197
Pensões a pagar	148	100
Total	14.885	13.853

13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2022	2021
Encargos da Folha	4.856	5.776
Contribuição Previdenciária - INSS	1.647	2.725
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	721	901
Imposto de renda retido na fonte – IRRF Folha	2.488	2.150
Contribuições sobre o Faturamento	230.515	193.403
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	189.736	159.180
Programa de Integração Social - PIS	40.779	34.223
Impostos e Contribuições sobre Resultados	126.966	105.333
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	33.520	27.789
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	93.446	77.544
Encargos Retidos de Fornecedores	1.342	4.633
Contribuição Previdenciária (Lei 10.833/03)	467	1.119
Imposto de Renda Retido na Fonte (Lei 10833/03)	(40)	330
Outros Tributos Federais (PIS/COFINS/CSLL)	745	2.011
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	170	1.173
Parcelamento INSS/SEFA-PR	-	-
TOTAL	363.679	309.145
Parcela do Circulante	9.274	10.408
Parcela do Não Circulante	354.405	298.737

14 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina o cliente deverá obrigatoriamente efetuar um adiantamento dos valores referente à operação pretendida. O aporte poderá ser através de caução, seguro ou fiança. Esta norma interna foi estabelecida na Ordem Serviço nº 237-12 e é utilizada inclusive para o consumo de água e energia elétrica dentro da área do porto organizado. Os adiantamentos são registrados na contabilidade e após o fechamento da operação, a PORTOS DO PARANÁ emite a fatura correspondente e compensa o valor do adiantamento recebido. Em 31 de dezembro de 2022 o valor desta conta é de R\$10.561 e de R\$11.346 em 31 de dezembro de 2021.

15 – PROVISÕES JUDICIAIS

	2022	2021
Trabalhistas	119.069	119.069
Cíveis	28.149	28.149
Administrativas	-	269.052
Precatórios (i)	29.436	27.373
Total	176.654	443.643
Parcela do circulante	-	-
Parcela do não circulante	176.654	443.643

- (i) As execuções para a cobrança de dívida de órgãos de Direito Público da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas se processam pela expedição de uma ordem de pagamento para inclusão desta dívida no orçamento público. Este título é conhecido como precatório requisitório e é expedido após decisão transitado em julgado da qual o ente público tenha sido condenado. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto, reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento, a PORTOS DO PARANÁ deverá cumprir a requisição.

Após autorização do Conselho de Administração em sua 101ª Reunião Ordinária a reclassificação de PROVÁVEL para POSSÍVEL, dos processos que ainda constam em processo administrativo e que podem ainda ter seus valores a pagar questionados em âmbito judicial.

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social da PORTOS DO PARANÁ é de R\$1.086.443.861,38 (um bilhão, oitenta e seis milhões e quatrocentos e quarenta e três mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social da Companhia só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doação, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim com anuência do Conselho de Administração e da Assembleia Geral Ordinária.

b) Resultado do período

O resultado contábil para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foi um lucro de 313,199 milhões de reais e para o mesmo período no exercício de 2021 a Companhia registrou um lucro contábil de 25,476 milhões de reais. Os lucros auferidos pela PORTOS DO PARANÁ deverão ser compensados com a conta de prejuízos acumulados.

O EBITDA, que significa Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, atingiu a marca de 330,914 milhões e o EBITDA Ajustado, que soma ao EBITDA outras despesas operacionais e PCLD, conseguiu atingir 366,001 milhões.

	2022	2021
EBITDA	330.914	55.655
EBITDA Ajustado	366.001	119.294
Margem EBITDA	76%	14%
Margem EBITDA Ajustado	84%	29%

c) Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado registrado no patrimônio líquido da PORTOS DO PARANÁ para 31 de dezembro de 2022 é de R\$246.479 e de R\$556.397 para o período findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Ajuste de Exercícios Anteriores

A ocorrência deste fato deu-se após apuração e levantamento de pendências ressalvadas na auditoria do exercício de 2021, sendo realizadas desta maneira readequações de ESTOQUE/ALMOXARIFADO, conforme reunião com os responsáveis da Coordenadoria de Materiais e Contabilidade na Sala da Diretoria Administrativa e Financeira.

Destaca-se que as informações apontadas na tabela abaixo foram reclassificadas pela natureza de origem da despesa, como também, revisão de Entradas e Saídas não constatadas nos controles auxiliares em razão do volume de recebimentos/entregas de materiais ocorridas fora do Almojarifado Central, sendo conseqüentemente ajustadas as movimentações pertinentes no Sistema GMS (estoque) e Sistema Sênior (Contabilidade).

Conta: 100370 - 1.01.04.01.01 - Estoque / Almojarifado			
Data	Histórico	Valor	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2001 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	52.559,90	Valor de ICMS do produto não lançado no GMS
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 2262 de COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA LTDA cfe. posição do Sistema GMS.	1.417.354,30	Entrada de Produtos no GMS não realizada no período
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 24991 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	674.887,50	ÓLEO MINERAL - Abastecimento direto do reservatório do Silo Público
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 26127 de GREENTEX QUÍMICA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	676.462,50	
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 30340 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	7.210,50	TECLADO E MOUSE - parte integrante de NF Patrimoniada
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almojarifado NF 33795 de DATEN TECNOLOGIA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	131,10	TECLADO E MOUSE, mais VALOR DE IPI - parte integrante de NF Patrimoniada

01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 331 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	70.466,04	Prestação de serviços com fornecimento de materiais sob demanda de
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 339 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	178.177,85	infraestrutura de cabeamento de rede
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 342 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	472.243,54	lógica, cabeamento de rede telefônica com
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 344 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	536.144,09	fornecimento de materiais e equipamentos de rede de dados,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 354 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	520.951,25	compreendendo instalação, remoção, ampliação,
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 533511 de ELETRO COMERCIAL REYMASTER LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	23.076,47	remanejamento, manutenção preventiva e corretiva, testes de funcionalidade.
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 593 de LOCMAQ LOCADORA DE MÁQUINAS LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	198.990,00	Valor referente Reajuste Contratual (complemento de Preço e ICMS) - NF sem Item
01/03/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 801 de DUE FRATELLI INF. E COM. VAREJISTA LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	16.932,00	TIRAS DE BORRACHA - Substituição em correias transportadoras
TOTAL		4.845.587,04	Materiais do Patrimônio (RACK e NOBREAK) inseridos no Estoque/Almoxarifado
31/05/2022	Valor ref. Reversão de reajuste de lançamento NF 2262 da empresa COPABO INFRAESTRUTURA MARÍTIMA, cfe relatório de Entradas GMS.	-1.417.354,30	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 326 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-36.163,68	
31/05/2022	Valor ref. Reajuste Almoxarifado NF 329 de HEAD NET TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, cfe. posição do Sistema GMS.	-108.491,04	
TOTAL		3.283.557,36	

17 – RECEITA OPERACIONAL

	2022	2021	Δ%
Infraestrutura de Acesso Aquaviário	184.978	174.747	6%
Infraestrutura de Acostagem	10.511	13.443	-22%
Infraestrutura Operacional Terrestre	75.331	85.445	-12%
Receitas de Armazenagem	4.403	8.170	-46%
Receitas por Utilização de Equipamentos	33.181	24.631	35%
Diversos Padronizados	3.949	9.318	-58%
Contratos de Arrendamento	170.982	136.379	25%
Receitas Complementares	1.223	985	24%
	484.558	453.118	7%
(-) Deduções da receita	(50.549)	(43.832)	15%
Receita operacional líquida	434.009	409.286	6%

As receitas da PORTOS DO PARANÁ são obtidas pela cobrança da disponibilização da infraestrutura do porto organizado aos operadores portuários para que realizem as operações de importação e exportação de produtos e mercadorias e sua armazenagem. A disponibilização do cais, canal de acesso e armazéns são cobradas mediante emissão de faturas. Para cada espécie de tarifa cobrada há uma tabela cujos valores foram aprovados pelo órgão regulador – ANTAQ.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e sua cobrança ocorre conforme estipulado no contrato firmado com o arrendatário. A base para o cálculo do valor mensal devido compreende um valor sobre cada m² arrendado e o um valor sobre o volume de cargas movimentadas no mês.

As tarifas de armazenagem são cobradas no momento da retirada da mercadoria pelo cliente. As demais receitas operacionais relacionadas com a utilização da infraestrutura portuária são reconhecidas na contabilidade no fechamento de cada navio.

Em relação aos tributos incidentes sobre o faturamento, PIS e COFINS no caso da PORTOS DO PARANÁ, eles estão sendo discutidos na ação judicial interposta pela Administração Portuária em face da União para reconhecimento da Imunidade Tributária. Enquanto a lide perdurar, por prudência, a PORTOS DO PARANÁ apura as contribuições pelo regime não cumulativo e o valor mensal apurado é recolhido através de depósito judicial conforme liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

18 – CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais da PORTOS DO PARANÁ, compreendem gastos para manter a infraestrutura e as condições necessárias de funcionamento dos portos paranaenses, sendo todas aquelas relacionadas à atividade finalística da Autoridade Portuária, conforme a Lei 12.815/2013, o Convênio de Delegação da exploração dos portos paranaenses da União ao Estado do Paraná, e o Estatuto Social da empresa. Os custos são todas as obrigações como dragagem de manutenção do canal de acesso, bacia de evolução e berços de atracação, sinalização náutica, batimetria para verificação das profundidades, além de segurança portuária, gestão ambiental, estrutura e mão-de-obra de fiscalização, seguro compreensivo portuário etc. Os custos se classificam conforme tabela abaixo:

Custos dos Serviços Prestados	2022	2021	Δ%
Custos da Infraestrutura Marítima	71.815	37.770	90%
Custos da Infraestrutura de Acostagem	7.206	12.538	-43%
Custos da Infraestrutura Terrestre	8.209	4.404	86%
Custos Diversos Padronizados	3.606	6.260	-42%
Custos Indiretos	127.893	107.551	19%
Total	218.729	168.523	30%

19 – DESPESAS

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas Administrativas	2022	2021	Δ%
Despesas com Pessoal Adm.	52.435	48.426	8%
Serviços de Terceiros e Utilidades	43.989	48.624	-10%
Despesas Gerais	23.598	24.679	-4%
Depreciação do imobilizado	36.783	35.669	3%
Depreciação do Intangível	209	1.719	-88%
Total	157.014	159.117	-1%

As despesas são os gastos com as atividades meio da organização, conforme quadro a seguir:

Despesas operacionais	2022	2021	Δ%
Despesas PCLD (i)	29.229	28.542	2%
Outras Despesas Operacionais (ii)	5.858	35.097	-83%
Outras receitas(despesas) não recorrentes (iii)	(271.234)	(260)	104221%
Total	(236.147)	63.379	-473%

- (i) As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (ii) A linha de outras despesas operacionais se refere às despesas com ações judiciais executadas, pagamento taxas obrigatórias e despesas emergenciais para atendimento às ações de combate à pandemia de COVID-19. As despesas com Provisão de Liquidação Duvidosa são aquelas referente à ação que o SINDOP impetrou contra a Portos do Paraná e que por recomendação do TCE são contabilizadas despesas de perda devido à falta de expectativa a curto prazo de recebimento dos valores questionados na referida ação (Vide N.E. nº05).
- (iii) O lançamento da reversão das provisões judiciais após a reclassificação jurídica de provável para possível, teve reflexo na linha Outras Receitas (sem impacto fiscal na apuração do LALUR, pois a despesa realizada quando do lançamento da provisão não foi dedutível).

20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Receita financeira		
Juros recebidos ou auferidos	128	113
Rendimento de aplicação financeira	35.831	14.646
Descontos obtidos	-	-
Total	35.959	14.759
Despesa financeira		
Juros pagos	(2)	(620)
Tarifas bancárias	(40)	(38)
Total	(42)	(658)
Variação Cambial Líquida	-	-
Resultado financeiro	35.917	14.101

21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A PORTOS DO PARANÁ, efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os objetivos e processos de gestão dos riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, são apresentados a seguir:

a) Risco de crédito

A PORTOS DO PARANÁ está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais em relação às contas a receber, depósitos e aplicações em instituições financeiras.

Todas as receitas da PORTOS DO PARANÁ, tanto as tarifas cobradas pelo acesso e utilização do cais, como também as receitas de apoio e armazenagem, são recebidas de forma antecipada do cliente, minimizando os riscos de inadimplência. A receita de arrendamento é cobrada mensalmente e, representou cerca de 30% do faturamento da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. O montante do risco para o período findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	2022
Caixa e equivalente de caixa	210.416
Contas a receber	20.019
Total	230.435

b) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: as aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

c) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada no porto organizado é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro para que a PORTOS DO PARANÁ possa honrar os compromissos assumidos para manutenção da infraestrutura e investir recursos para tornar o porto mais eficiente.

d) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da infraestrutura portuária concedida ao Estado do Paraná por meio do 1º aditivo ao Convênio de Delegação nº 037/2001 com vigência até 2052. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a entidade, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade. Transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

Saldo a pagar a partes relacionadas

Entidades controlada pelo Estado do Paraná	2022	2021
Copel Distribuição S.A.	444	728
Cia de Tecnologia da Informação do Paraná	1.127	1.215
Copel Comercialização S.A.	-	-
TOTAL	1.571	1.943

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS (Em reais)

	2022	2021
CONSAD - Conselho de Administração	44.982,00	44.982,00
CONFISC - Conselho Fiscal	11.245,50	11.245,50
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	8.434,14	8.434,14
CIA - Comitê de Indicação e Avaliação	2.811,38	2.811,38
Total	67.473,02	67.473,02

QUANTIDADE DE MEMBROS

	2022	2021
CONSAD - Conselho de Administração	9	9
CONFISC - Conselho Fiscal	2	3
CAE - Comitê de Auditoria Estatutário	2	3
CIA – Comitê de Indicação e Avaliação	4	6
Total	17	21

23 – SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da Portos do Paraná e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 10 de janeiro de 2022 a 10 de janeiro de 2023.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013, e com vigência de 27 de janeiro de 2022 a 27 de janeiro de 2023.

A cobertura para danos aos veículos da frota própria (35 veículos) bem como eventuais danos materiais e corporais a terceiros causados em função da atividade da empresa está garantida por apólice com vigência de 14 de abril de 2022 a 14 de abril de 2023.

Abaixo, valores das coberturas vigentes (em milhares de reais):

	2022	2021
Riscos operacionais	135.000	75.000
Automóveis	1.750	1.750
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Seguro Garantia	86.444	-

24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que passíveis de publicação e/ou ajuste contábil no período com compreenda a data de fechamento do trimestre e a emissão desta Demonstração Contábil.

Paranaguá, 1 de fevereiro de 2023.

Rodrigo Neris Cavalcanti
CRC PR-066466/O-9
Contador Responsável

Luiz Fernando Garcia da Silva
Diretor-Presidente